

.....

O ofício do antropólogo como consultor, seus pares, o Estado e os mestres na salvaguarda da Capoeira

Geslline Giovana Braga

A Roda de Capoeira e o Ofício de Mestre foram registrados como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo Iphan – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2008. Foi o primeiro bem a obter duplo registro em duas categorias no Livro das Formas de Expressão e no dos Saberes, respectivamente. Trata-se, até agora, do único registro de abrangência nacional. As ações de salvaguarda foram descentralizadas para as superintendências estaduais em 2012, criando assim processos em formatos diferentes de salvaguarda para a Capoeira para cada estado.

O dossiê¹ do registro da Capoeira como patrimônio imaterial traz em suas páginas finais um conjunto de ações sugeridas para salvaguar-

1 Os dossiês são produzidos como parte do processo de identificação e mapeamento dos bens e são publicados por ocasião do registro. Dossiê de Registro da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_Capoeira.pdf. Acesso em 19/06/ de junho de 2016.

da da Capoeira, que são centralizadas na preservação da memória e na sustentabilidade dos mestres, idealizadas a partir de sistematizações do Pró-Capoeira:²:

- Reconhecimento do notório saber do mestre de Capoeira pelo Ministério da Educação (MEC).
- Plano de previdência especial para os velhos mestres de Capoeira.
- Estabelecimento de um Programa de Incentivo da Capoeira no Mundo.
- Criação de um Centro Nacional de Referências da Capoeira.
- Plano de manejo da biriba e outros recursos.
- Fórum da Capoeira.
- Banco de Histórias de Mestres de Capoeira
- Realização de Inventário da Capoeira em Pernambuco.

(Dossiê de Registro da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre, 2014, p. 121-125)

Em novembro de 2014, a Roda de Capoeira foi inscrita como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

² Em 22 de julho de 2009 foi instituído o Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC) através da Portaria nº 48. Este grupo é formado por representantes de unidades do Ministério da Cultura e tem a finalidade de estruturar as bases do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Programa Pró-Capoeira). Disponível em: http://www.cultura.gov.br/programas6/-/asset_publisher/HTI3dB7MSIaL/content/programa-pro-Capoeira-342422/10913. Acesso em 19/06/2016.

O Comitê

O Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira do Paraná foi formado em dezembro de 2012. Na ocasião das eleições foram discutidas diretrizes para a salvaguarda em Grupos de Trabalho (Capoeira Identidade e Diversidade, Capoeira e Educação, Capoeira Esporte e Lazer, Capoeira Profissionalização e Internacionalização, Capoeira e Políticas de Fomento, e Capoeira e Desenvolvimento Sustentável). As discussões não foram sistematizadas em formato de plano, indicando as ações, o que dificultou a sua apropriação como algo a ser realizado pelos membros do Comitê Gestor. Os temas dos debates estão ligados a articulações com outras esferas governamentais para a difusão da Capoeira no ambiente escolar, o direito dos mestres de ministrarem suas aulas e as garantias de direitos ampliados dos capoeiristas, entre outros.

A primeira gestão foi formada por 11 capoeiristas, seis mestres, três contramestres, dois professores, entre estes, duas mulheres, como forma de atender ao regimento que indica a participação feminina, a diversidade de graduações, grupos e vertentes. O grupo reuniu-se em média uma vez a cada três meses, pactuou a centralidade das ações na realização de eventos com o apoio do Iphan e descentralizou suas reuniões para as cidades onde os eventos eram realizados. Sete membros seguiram até o fim da gestão, em dezembro de 2015. Dentre os motivos de desistência estão a impossibilidade de acompanhar viagens, o direcionamento exclusivo para o apoio a eventos e a ausência de discussões políticas.

No final de 2015, foi realizada a renovação do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná, quando as eleições foram descentralizadas para quatro macrorregiões, como forma de ampliar a participação. Foram eleitos nove membros, dois de cada macrorregião e um da Região Metropolitana de Curitiba, e nove suplentes, sendo que dois membros foram indicados para atender aos critérios de diversidade da Capoeira. Destes membros, dois foram reeleitos, seis já tiveram eventos apoiados pelo Iphan e apenas um ainda não tinha participado das ações de salvaguarda.

O consultor

Os consultores Unesco/Prodoc são contratados por meio do projeto de cooperação técnica firmado entre o governo brasileiro e a Unesco. Os contratos preveem acompanhamento das atividades das superintendências estaduais, incentivo à descentralização das políticas de patrimônio imaterial para os municípios, qualificação das produções locais e realização de relatórios. A natureza temporária dos contratos faz com que o trabalho como consultor seja uma condição efêmera, contraditória em relação à continuidade preconizada nas ações de salvaguarda.

Fui consultora em dois períodos de seis meses, em 2014 e 2015,³ quando atuei nas salvaguardas da Capoeira e do Fandango Caiçara. Realizei o mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Paraná e acompanhei as demais atividades da superintendência. Dois períodos curtos para trabalhos que exigem continuidade e se desenvolvem com base nas relações de proximidade com os detentores e na concretização de afetos necessários à salvaguarda.

Durante a consultoria realizei doutorado em Antropologia Social da USP.⁴ Meu tema inicial de investigação era arte contemporânea afro-brasileira, no entanto, a aproximação com a Capoeira no trabalho da consultoria me absorveu profundamente, e a Capoeira converteu-se em tema de estudo. Realizei um pesquisa multissituada dentro do Iphan e junto aos capoeiristas no seu relacionamento com o Estado e com as

3 A experiência com trabalhos anteriores de pesquisas sobre Capoeira e clubes sociais negros justificou a minha contratação, as pesquisas anteriores tendo resultado nos documentários *Sob a Estrela de Salomão: a Sociedade Treze de Maio como lugar de construção de memória e identidades negras em Curitiba* (2012) e *Iê: Capoeira em Curitiba* (2014).

4 Parte da discussão apresentada neste trabalho está na introdução da tese *A Capoeira da roda, da ginga no registro e da mandinga na salvaguarda*, defendida em junho de 2017, no Programa do Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo.

políticas públicas de patrimônio. Um duplo pertencimento: de pesquisadora e consultora.

Novos repertórios para a Capoeira

Tradicionalmente, a Capoeira era apreendida na *oitiva* – com a observação das movimentações e na escuta da fala dos mestres. “Capoeira não é só movimentação, é também sentar e ouvir”, dizem os mestres nas *papoeiras*⁵ nos eventos. Na oralidade transmitem-se os sentidos da manifestação ligados à ancestralidade negra, à resistência escrava e à capacidade de difusão na história recente. Fatos convertidos em *atos de fala* (Austin, 1990) justificam a patrimonialização e a salvaguarda para aqueles que nelas creem como políticas de redenção, reparação ou ação do Estado. O fazer do antropólogo aproxima-se do saber apreender da Capoeira na *oitiva*, no *sentar e ouvir*.

As políticas públicas de patrimônio para a Capoeira são ainda uma novidade. Observei-as como aquisição de uma nova linguagem para mestres, grupos e capoeiristas (Habermas, 1989). Luta e resistência também se fazem nas reivindicações por políticas públicas e reconhecimento.

Além do processo salvaguarda ligado ao Iphan, na última década estiveram nas pautas das relações entre Capoeira e Estado questões como a regulamentação da Capoeira (Projeto de Lei 2.858/08), a profissionalização do capoeirista (Projeto de Lei 17/2014), a esportização da Capoeira (Projeto de Lei 50/2007), Lei dos Mestres (Projeto de Lei 1176/2011), necessidade de credenciamento no Cref – Conselho Regional de Educação Física, unificação,⁶ a Capoeira na escola (Projeto de Lei 5222/2009), a garantia de proteção no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.228/2010), Pró-Capoeira, Fórums e Grupos de Trabalhos

⁵ Bate-papo entre mestres com perguntas e intervenções dos alunos.

⁶ Este termo tem relação com o III Congresso Unitário de Capoeira, que seria realizado em 2015. Inicialmente, entre outras disposições, tinha em sua tese a regulamentação e a unificação da Capoeira como propostas.

ligados à Fundação Palmares e Seppir – Secretaria de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial,⁷ e criação de setoriais de Capoeira no CNPC – Conselho Nacional de Políticas Culturais e em conselhos de cultura municipais e estaduais.⁸ O aparecimento destes novos verbetes, a onipresença e o espectro do Estado conotados pelo passado da escravidão e da criminalização geram um *emaranhado* (Viana, 2010) de interpretações distintas quanto à capacidade de atuação dos órgãos ligados ao Estado e suas competências. Fato que em alguns grupos coloca novas configurações hierárquicas, quando os mais jovens são julgados mais hábeis na lida com estas linguagens mais modernas.

As *controvérsias* na Capoeira são infinitas e se iniciam com contradições sobre sua origem, multidimensionalidade e vertentes e seus fundamentos. Seguindo os passos apontados por Bruno Latour, do ponto de vista analítico, as controvérsias devem ser o ponto de partida e com base nelas é possível rastrear as conexões: “[...] seu ponto de partida têm de ser justamente as controvérsias acerca do agrupamento a que alguém pertence, incluindo, é claro, as dos cientistas sociais em torno da composição do mundo social” (2012, p. 52). Diante dos debates iniciais internos entre a Capoeira e o Estado, patrimonialização e salvaguarda também geraram outras controvérsias, pois nem todos⁹ os grupos legitimam estas políticas de Estado.

7 A Secretaria, criada em 2003, foi anexada ao Ministério da Justiça e Cidadania pelo governo interino de Michel Temer, em 12 de maio de 2016.

8 Em 2013, durante a III Conferência Nacional de Cultura foi aprovada a inclusão da setorial de Capoeira no CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural. Durante o governo Michel Temer, a política nacional de participação social sofreu um processo de desarticulação, a base política deste governo (DEM, PSDB e PMDB) sendo contrária a esta política.

9 A propósito, o uso excessivo do pronome indefinido *alguns*, ou a expressão *nem todos*, é também fruto das controvérsias que impedem o uso do consensual *todos*. Também fruto da incorporação da *voz nativa*, o uso da voz passiva é comum entre os capoeiristas que, devido a controvérsias, não revelam quem praticou determinadas ações, como será descrito no decorrer do texto.

Hoje, as controvérsias têm seu eco mais agudo nas redes sociais, especialmente no Whatsapp. Os recursos do aplicativo de formação de grupos e gravação de áudio parecem reproduzir as lógicas da Capoeira de formar grupos e propagar falas. Reforçam assim a força da oralidade, principalmente dos mestres, com o registro das falas, o alcance e a dispersão destas projetados rapidamente ao infinito, o que tem potencializado, propagado e cristalizado controvérsias que, replicadas nos grupos virtuais, ecoam nas redes *reais* e ao mesmo tempo dissolvem as fronteiras entre real e virtual.

Na Capoeira, oralidade é transmissão de saber. Um bom mestre é reconhecido por seu jogo e sua oratória. Com os recursos do Whatsapp de *gravar e encaminhar áudio*, as falas rodam nos grupos e promovem a *inversão da tradição* – termo de Nicholas Thomas (1992), utilizado por Marshall Sahlins (1997) – para caracterizar a reafirmação de certos aspectos culturais devido à introdução de novos elementos: os mestres usam a tecnologia para reafirmar valores de sua oralidade, vertente, linhagem, luta e resistência e, com isto, num jogo dialético, aumentam as controvérsias, que também podem ser consideradas parte das tradições da Capoeira. A circulação dos áudios nos grupos e as respostas a estes formam *emaranhados*, nos quais o Estado é uno. Por vezes, o consultor é chamado para separar os fios do *emaranhado*, prestando esclarecimentos sobre todas as políticas em andamento nas instâncias jurídicas e legislativas.

De acordo com as recomendações da Unesco e do Iphan, os detentores são os protagonistas na salvaguarda de seus bens. Os trâmites da salvaguarda da Capoeira revestem-se do *ethos* e da visão de mundo do

capoeirista, muita *mandinga*¹⁰ e *ginga*¹¹ permeiam as redes de relações da salvaguarda da Capoeira.¹²

A salvaguarda é um processo de aquisição de repertórios e troca de saberes para capoeiristas, corpo técnico do Iphan e consultores. Ao acessarem os repertórios do Estado, os capoeiristas transmitem a sua conceitualização dos verbetes patrimônio e salvaguarda para os técnicos do Iphan e o consultor e, ao mesmo tempo, performatizam o título de patrimônio em seus atos de fala a fim de geral salvaguarda.

O conceito de patrimônio no senso comum é associado à propriedade, o que faz com que a patrimonialização pelo Estado venha a ser compreendida como desapropriação da manifestação dos agentes culturais de fato. De acordo com Vassalo (2009), tal concepção gera muitas perguntas sobre de quem seria o patrimônio da Capoeira: “[...] elas ecoam incessantemente nos ouvidos de todos os que passaram a lidar, direta ou indiretamente, com as ações do Estado que visam à sua salvaguarda” (2009, p. 2). Mestre More-

-
- 10 A *mandinga* é o encantamento da Capoeira, contagiando de forma mágica o capoeirista com sagacidade e engenho na roda e na vida. Investe-se das habilidades da eficácia, da transformação e da ação. *Mandinga* não se ensina, não se transmite como um saber, não se aprimora no treino como a movimentação. O mais antigo significante de *mandiga* é proteção, um dos significados atribuídos ao termo salvaguarda e finalidade de suas ações. O termo salvaguarda substitui o termo de proteção, amplamente utilizado no patrimônio material, para a consolidação da ideia de patrimônio imaterial e sua ligação com a antropologia (não mais com o folclore) e com a noção de dinâmica cultural, dissociando da ideia de que proteger é tornar estático. Assim, a noção contemporânea de *mandiga* afastou-se dos primeiros significados ligados à proteção dos amuletos e tornou-se a habilidade da Capoeira de prever, adaptar-se e fazer “a Capoeira ser o que ela quiser”, como afirmou Mestre Camisa (em entrevista realizada no VII Festival Nacional da Arte Capoeira, evento anual do Grupo Abadá em Curitiba, em março de 2015, realizado pelo professor Matraca e pela instrutora Tiara).
- 11 A *ginga* é o elemento mais importante da Capoeira. No vai e vem, o capoeirista se esquiva, entra e sai dos golpes. Ela também é considerada o elemento que confere *malandragem* e *graça* ao jogo.
- 12 Em minha tese *A Capoeira da roda, a ginga no registro e a mandinga na salvaguarda*, uso a noção de *ginga* e *mandinga* como analogia entre o registro e a salvaguarda, respectivamente, a primeira como visão de mundo a segunda como *ethos* do capoeirista.

no¹³ (MG/SP¹⁴) respondeu-me com pergunta retórica à questão: “Depois de tantos anos, vocês (Estado) vêm dizer que a Capoeira é patrimônio? A Capoeira sempre foi patrimônio para os capoeiristas!”.

Nos relatos de mestres e capoeiristas, não seguros das benesses do registro, existem dois temores em relação à noção do patrimônio como propriedade: 1. a apropriação da Capoeira pelo Estado brasileiro sem o devido reconhecimento e *retorno* aos capoeiras; 2. a internacionalização e o investimento de outros países na Capoeira; para alguns, em breve, outras nações ultrapassarão o Brasil em qualidade e quantidade, neste sentido, ser patrimônio do Brasil é uma proteção. Em evento do Grupo Abadá em Curitiba, em 2015, organizado pelo mestrando Periquito Verde, Mestre Santana (RJ) afirmou: “A Unesco deu uma rasteira na Capoeira”. Segundo ele, com a inscrição da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (2014), a Capoeira agora é do mundo.

Apesar de as controvérsias gerarem conotações distintas para as políticas públicas, há um unísono: justificar a patrimonialização da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre na trajetória da Capoeira no século XIX, pois os fatos históricos fundamentam as expectativas em relação ao Estado. Escravidão e criminalização são *memórias-não vividas*¹⁵ – afetam profundamente a compreensão semântica dos capoeiristas sobre o presente e os fazem agir tendo como ponto de partida estas memórias. Os críticos do registro da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre como

13 Em entrevista realizada no evento Abril para Angola 2015, em Itapeverica da Serra – SP, evento organizado por Mestre Minha (PR/SP).

14 Quando constam dois “estados” nos parênteses após o nome dos mestres, o primeiro refere-se ao estado de nascimento, o segundo ao estado de formação na Capoeira e atual residência. Quando constam três “estados” nos parênteses após o nome dos mestres, o primeiro refere-se ao estado de nascimento, o segundo ao estado de formação na Capoeira e o terceiro à atual residência.

15 Utilizo o termo *memória não-vivida*, ou *memórias do não vivido*, para descrever como os capoeiristas se referem à trajetória da Capoeira no século XIX como uma rememoração das agruras da escravidão. A ancestralidade é revivida como um passado presenciado corporalmente, semanticamente, determinante para a compreensão do presente.

patrimônio citam escravidão e criminalização para concluir que o Estado, mais uma vez, pretende se apropriar e se aproveitar da Capoeira. Já para os capoeiras apoiadores do registro, a patrimonialização é uma política de redenção e retratação do Estado em razão da perpetração da escravidão e da criminalização da Capoeira e uma forma de garantir hoje direitos e reconhecimento.

O conceito de salvaguarda, por não ser de uso comum, tem sua interpretação mais permeada pela analogia do que pelo conceito instituído, ou seja, o termo é associado à noção de proteção ou preservação presente na expressão salvar e guardar. Mestre Zequinha (SP) disse no evento Eu sou Capoeira 24 horas, realizado em Londrina (PR) pelo Contramestre Angolinha, em novembro de 2015: “A Capoeira não precisa de resgate, quem faz resgate é ambulância”. Nesta frase reside a noção de resgate como sinônimo de salvaguarda, salientado que as tradições da Capoeira não foram perdidas e que tampouco ela está ameaçada.

Na conceituação da Unesco,¹⁶ os objetivos da salvaguarda englobam a fruição, a promoção e a sustentabilidade, com base nas dinâmicas culturais antropológicas, e a impossibilidade de “tombar” o bem, como no patrimônio material, com medidas de proteção para a preservação baseadas na imutabilidade. A trajetória da Capoeira no século XX é um exemplo de continuidade relacionada à capacidade de adaptação e transmutação: no período da escravidão, dizem que ela se disfarçava de dança, por causa da criminalização (1889), mas sistematizou-se como luta em virtude da descriminalização (1937), dividindo-se em duas vertentes

16 A *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco*, no documento final, define o conceito de salvaguarda nas Disposições Gerais, Artigo 1: Finalidade da Convenção, item 3: “Entende-se por ‘salvaguarda’ as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos”. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acesso em 19/06/2016.

Angola e Regional: passa a ser jogada, transforma-se em cultura nacional e folclore, vira show no palco e espalha-se pelo mundo.

O conceito de salvaguarda é conotado pelos mestres mesclando duas concepções: a acepção da palavra e a conceituação da Unesco. Os mestres consideram que a Capoeira já foi salvaguardada pelos antigos mestres no século XX: com as transformações promovidas por Mestre Pastinha e Mestre Bimba, com a saída das ruas para academias, com a sistematização dos ensinamentos, com a sua difusão pelo mundo em *mais de 150 países*.

Por ocasião dos sete anos do registro, postei no Facebook o dossiê de registro da Capoeira, em arquivo em pdf, na página do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná. Mestre Limãozinho (BA/SP) comentou: “Salvaguardar o que nós, mestres, no decorrer do tempo sempre salvaguardamos com amor e dedicação e sem pompa. Só com os pés no chão”. Mestre Zelão (MA/SP) complementou em seu comentário: “Com certeza, a Capoeira dará continuidade à sua história no novo milênio, com dignidade e perseverança dos grandes mestres”. Assim, para os capoeiristas, os propósitos presentes no conceito de salvaguarda, forjados pelas instituições, já aconteceram sem a ajuda do Estado em razão das capacidades e das habilidades da Capoeira e dos esforços dos mestres. Desta forma, cabe agora ao Estado recompensar os antigos mestres, agentes na salvaguarda da Capoeira, e ampliar o reconhecimento dado à Capoeira pela sociedade em geral.

A salvaguarda é tida entre os capoeiristas como uma política de ação, com objetivos práticos para garantir agora a sustentabilidade dos mestres, não da Capoeira, pois, independente do Estado, a Capoeira está assegurada quanto à sua continuidade, enquanto os velhos mestres permanecem *à míngua*.¹⁷ Como sempre diz Mestre Lito (PE/SP/PR) nas reuniões do Comitê

17 Costuma-se dizer que Mestre Bimba e Mestre Pastinha – mentores das duas vertentes da Capoeira baiana, Regional e Angola, respectivamente – morreram *à míngua*, em condições precárias de vida e sem tratamento de saúde adequado. Hoje, muitos mestres ainda padecem.

Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná: “A Capoeira é imaterial, mas os mestres são materiais”.¹⁸ A segurança dos antigos mestres é um dos poucos consensos entre todas as vertentes da Capoeira.

Compreender as funções e as possibilidades de atuação do Iphan também fazem parte da aquisição de novos repertórios para a Capoeira e dos encargos do consultor. Nas demandas que chegam ao Iphan identificam-se variações entre os desejos de independência e tutela. Haja *ginga* para compreender os limites da legitimidade dada ao Estado!

Nessas situações, quando a salvaguarda é um exercício de *troca de saberes*, um dos fatores transformadores é a compreensão do Estado quanto a ser composto de *pessoas* com as quais é possível se relacionar de forma próxima. A personificação dos agentes do Estado é positiva no sentido de desburocratização e destandartização do processo de salvaguarda. A construção de afetos é um dos méritos na salvaguarda da Capoeira do Paraná, pois a aproximação e a convivência com o corpo técnico do Iphan transformaram as relações de desconfiança iniciais em diálogo e reconhecimento. Fazer-se presente em eventos, aceitar convites e participar deles integralmente e visitar a casa dos mestres *humanizaram* as redes de relações da salvaguarda da Capoeira no Paraná. Desta forma, os modos de fazer pesquisa da antropologia foram acionados nos processos de salvaguarda e tornaram-se eficazes ao produziram afetos. Mestre Kunta Kintê (ES/SP/PR), membro da segunda gestão do Comitê Gestor, costuma contar que, quando era convidado para as reuniões do Iphan, “levava um saco de pedras”. Hoje é um dos mestres mais atuantes junto ao Iphan, mesmo não tendo participado da primeira gestão. Há uma imprescindibilidade de afeto na salvaguarda, pois se o Estado diz reconhecer e valorizar a Capoeira como patrimônio cultural,

18 Tal frase teve grande impacto nas minhas reflexões em campo; eu a ouvi pela primeira vez em 01 de novembro de 2014, na reunião do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira do Paraná, realizada em São José dos Pinhais, no evento *Iê Viva Meu Mestre: Mestre Ananias Pedra 90*, organizado por Mestre Kunta (ES/SP/PR).

é nos técnicos que tais verbos se realizam com o respeito aos valores da Capoeira e a atenção aos velhos mestres.

O ofício do antropólogo consultor também é mais um verbete a traduzir. Existem indagações sobre este elemento a mais na salvaguarda e as respostas não oferecem a compreensão integral, pois só o convívio intenso revela aos detentores e ao próprio antropólogo a sua função na *ginga* com a Capoeira e com o Estado.

Na salvaguarda da Capoeira, consultor entra na roda

Na Capoeira, quando batizados, os iniciantes ganham apelidos de seus mestres por suas características ou algum fato. Como não capoeirista, não batizada, fui recebendo apelidos de alguns mestres ao longo dos contatos. Como na cultura popular, de forma geral, apelidar faz parte do escárnio e do riso, na introdução da minha tese analisei as formas com que fui chamada no decorrer da pesquisa para compreender o meu lugar de consultora e pesquisadora/estudante. A análise dos “apelidos” traduz como os capoeiristas compreendem o ofício do antropólogo consultor. As designações e seus aspectos negativos foram bons para pensar sobre a condição de consultora/mulher/branca. O primeiro é um apelido da forma com que é dado na Capoeira, o segundo tornou-se um vocativo que eu mesmo adotei, e o terceiro, um xingamento, o maior deles entre os capoeiristas. Progressivamente, eles partem da proximidade para o distanciamento nas relações construídas durante a pesquisa e indicam um paulatino processo de inserção em campo, em campos de conflito. Por vezes, receber críticas significa ser visto, aceito, ou seja, entrar na roda.

Mestre Macaco Santana (BA/SP) foi o primeiro a me apelidar, chamando-me de *Madame*. Ele destacava minha formação e educação para os mais velhos a fim de justificar tal apelido. Na confraternização de um evento contou-me: “Sempre falo de você para os meus alunos de Capoeira, alunos de medicina da Unifesp, como uma verdadeira madame: educada, doutora da Unesco, que consegue estar entre nós”. Isto me fez

compreender que a condição de consultora com vínculo institucional internacional me dava uma condição diferente daquela dos estudantes praticantes ou de outros pesquisadores. Tornei-me próxima de Mestre Macaco Santana e ele esteve presente na defesa da minha tese.

As hierarquias entre mestre e alunos na Capoeira e um sistema de graduação variável entre grupos tornam a presença do consultor complexa por ser ele um elemento externo e passageiro. Discípulos não contestam as falas dos mestres e a insinuação é uma forma apreendida para sugerir que o interlocutor fale, enquanto outras coisas nunca são ditas. Já o consultor, por vezes, precisa se contrapor ao mestre, falar o sugerido e dizer os não ditos. Mestre Lito (PE/SP/PR), nas reuniões do Comitê Gestor, me chamou de *Chatinha Necessária*, afirmando que certas coisas precisavam ser ditas. Assim, como consultora, eu assumi tal papel e passei a enunciar minhas falas acionando como vocativo: “Como chata necessária, vou contestar...”. Nos dois anos de trabalho, Mestre Lito foi um dos mestres mais próximos a mim, com quem compartilhei uma relação afetuosa de permissividade e reciprocidade, entre muitas risadas.

Como já mencionado, os grupos de Whatsapp de Capoeira são beligerantes. Criei o grupo da Salvaguarda/PR para divulgar as ações da Renovação do Comitê Gestor, em 2015. Como o objetivo era “tornar malha”¹⁹ as redes de salvaguarda, todos eram administradores do grupo e não existiam regras instituídas. Não tardou para o grupo ser povoado por assuntos que não se relacionavam à Capoeira, com comentários desrespeitosos e propagação de *fake news*. Muitos capoeiristas solicitavam a minha intervenção para eu impor regras e tornar-me a única administradora. Pediam que estas mensagens fossem enviadas ao grupo para lá serem discutidas coletivamente. Um dia, depois de receber dezenas de mensagens em particular solicitando intervenção, resolvi pedir que o

19 Ver o quarto capítulo da tese *A Capoeira da roda, da ginga no registro e da mandinga na salvaguarda*, na qual discuto baseada em Tim Ingold (2012) a necessidade de transformar redes em malhas como forma de atingir grupos e capoeiristas para além dos contatos iniciais.

grupo fosse usado apenas para assuntos coletivos e de forma respeitosa. Prontamente fui alvejada, nenhum daqueles que sugeriam minha intervenção se manifestou. Em meio à discussão, um dos envolvidos, crítico ferrenho do Estado e com tendências liberais, que nunca participou das reuniões de salvaguarda, chamou-me de *capitão-do-mato*. Depois do choque vieram as reflexões.

O termo *capitão-do-mato* é acionado atualmente para se referir àqueles que deveriam estar junto das lutas da Capoeira e que tomam posições contrárias. O sistema escravagista era dominado pelos *senhores de escravo*; o *capitão-do-mato* perseguiu, executava a violência corporal, estava mais próximo socialmente dos negros, mas era dominado pelos senhores e executava suas ordens. Os *capitães-do-mato* eram mediadores entre escravos e senhores de forma assimétrica, pois não representavam os escravos.

Desde 2016, tornou-se mais claro compreender a expressão política do termo. Diante da polarização no Brasil, ambos os lados usam tal expressão para insultar seus opositores; para capoeiristas com tendências à direita, são *capitães-do-mato* aqueles que defendem o governo petista diante de sua suposta corrupção, enquanto para os de esquerda, são *capitães-do-mato* os capoeiristas de direita que apoiam as ideias do *opressor*. Mestre Peroba (SP) postou, mais de uma vez, em suas redes sociais a seguinte frase: “tem muito capitão-do-mato disfarçado de capoeirista”, e em seguida: “é uma vergonha as atitudes de certos capoeiristas quando proferem a frase ‘Capoeira não se mistura com política’”. As palavras fazem alusão aos capoeiristas omissos ou apoiadores de Jair Bolsonaro, e nos comentários é citada a participação na política da Capoeira em outros momentos.

Ao compreender os afetos implicados *nas memórias-não vividas* da alcunha que recebi, entendi que o termo caberia ao consultor na situação de controvérsias do processo de salvaguarda da Capoeira: porque atua como mediador a partir do Estado, sem a ele pertencer, julgado pela escravidão e a criminalização. Na ocorrência narrada no grupo, ocupei o papel de *opressora* (mulher e branca) em nome dos seus iguais.

Posteriormente, no encerramento da pesquisa, o grupo de Whatsapp Salvaguarda PR transformou-se num disparador de *fake news* e, por isto, foi considerado um grupo de *capitães-do-mato*. Considero que tais apelidos se referem a mim como consultora nas situações narradas e traduzem como o consultor é visto no idioma da Capoeira, como mediador necessário, porém chato, com representação institucional capaz de tocar hierarquias, nem sempre compreendido como alguém que joga junto com a Capoeira e com o Estado e luta pelos direitos da Capoeira.

Os ofícios do antropólogo consultor: da demanda e da ação

Nos primeiros tempos da antropologia, alguns de seus clássicos foram produzidos encomendados pelo colonizador, principalmente etnografias feitas no continente africano. Tais fatos deixaram resquícios negativos na concepção de vários antropólogos para com os seus pares prestadores de serviços ao Estado, como se tal trabalho recolonizasse a própria antropologia.

Enquanto consultora, ouvi de colegas sobre a impossibilidade de manter os empreendimentos da disciplina junto ao Estado, bem como sobre um suposto processo de burocratização da escrita antropológica e, ainda, sobre a necessidade de se manter em posição de confronto eterno com o Estado na atuação como consultor. São concepções que equiparam capoeiras e antropólogos e, para ambos, a atuação do consultor está impregnada da faceta de opressor/colonizador em razão de suas memórias pregressas. Embora existam conflitos no trabalho com o Iphan, em outros setores a interlocução com o Estado precisa ser mais combativa.

Para a Capoeira não relativizar o Estado, ela estreita as redes, impede a ampla participação dos grupos, compromete a diversidade nas ações de salvaguarda, restringindo-as aos grupos, mestres e capoeiristas dispostos a dialogar. Para a antropologia não relativizar o Estado, ela estreita nosso campo de atuação, as grades curriculares pouco preparando

para o manejo das ferramentas do Estado a favor da antropologia e dos povos ou grupos que pesquisamos.

Fialho, Valle e Moreira Santos destacam em artigos, na coletânea da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) *Laudos Antropológicos em Perspectiva* (2015), organizada por João Pacheco de Oliveira, Fabio Mura e Alexandra Barbosa Silva, a emergência das discussões sobre perícias e laudos na formação do antropólogo. A formação para consultor e *inventariante* (Tamasso, 2002) também emerge, por suas especificidades e ampliações de demandas em relação ao Iphan, com o início das políticas para o patrimônio imaterial em 2002. Cardoso de Oliveira (2004) pontua, há décadas, que os grupos pesquisados pelos antropólogos não precisam mais de porta-vozes em face do Estado, pois falam por si sós. Então, para o antropólogo na condição de consultor, saber o idioma do Estado é tão útil quanto falar a língua do *nativo*. Diante das controvérsias da antropologia, Roberto Cardoso de Oliveira adota a expressão *antropologia da ação*, de Sol Tax (1952), em oposição à *antropologia aplicada*:

Porém, quando evoco a antropologia da ação como diferente da antropologia aplicada – cuja história sempre esteve associada ao colonialismo –, não é para fustigar a vocação intervencionista da disciplina, mas apenas para sublinhar o caráter de sua atuação na prática social (entendida também como práxis), ou ainda, se quiser, o seu agir no mundo moral (Cardoso de Oliveira, 2004, p. 21).

Para *agir no mundo* e a antropologia atuar como *prática social* é preciso extrapolar os limites da academia. Para agir é preciso apreender as perspectivas e os anseios daqueles que pesquisamos e incorporar a lógica do Estado para acessar, inclusive, seus melindres. Oliveira adota a noção do *agir comunicativo habermasiano*, sugerindo práticas de mediação nas quais o antropólogo não é a voz do “outro” e sim a integração da comunicação, a partir das propostas dos grupos nas perspectivas das interfaces do Estado.

O antropólogo consultor é um mediador, com agência dentro do Estado por se dispor a compreender as lógicas do Estado, que são difíceis de serem relativizadas por seus pares e pelos povos e grupos historicamente oprimidos. Ele é alguém disposto a acessar a estrutura do Estado com os *instrumentos de bordo da antropologia* e o repertório da Capoeira, compreendendo todos os trâmites como processos de mediação. Ele é um mediador, assim como o são a antropologia e a cultura, na concepção de Roy Wagner (2010).

A prática solicita a ação na mediação, com objetivos de natureza eficaz, como os capoeiristas esperam que seja feita a salvaguarda. Certa vez, um mestre precisou de auxílio médico durante um evento e foi levado ao médico com o carro do Iphan. Outro mestre que presenciou a cena exclamou: “Isto é salvaguarda! Foi a primeira vez que eu vi a salvaguarda acontecer”. Este convite à ação dos capoeiristas é chamado por Rita Segato de *antropologia por demanda*, definido como:

Este proycto alternativo se revala a parte de uma disponibilidad de antropólogo para ser interpelado por comunidades y pueblos que le colocan su “demanda” y permiten, de esa forma, que su “ciência” abstenga um lugar y uma razón en el caminha del presente (2013, p. 11).

Durante o período da consultoria, as demandas feitas a mim transformaram-se a partir da aproximação, da criação de laços afetivos e das observações de minhas disponibilidades (realização de grupos de estudos, interlocução junto a prefeituras²⁰) e habilidades específicas. Nesse processo, devo destacar a *humanização* da atividade segundo a percepção de que o consultor não era alguém revestido de *poderes*, de condições acadêmicas ou de representação institucional, o que muitas vezes foi traduzido pelos

²⁰ No período da segunda consultoria, fruto de uma mediação junto à Fundação Cultural de Curitiba e diversos grupos da cidade, foi demandada a criação do Setorial de Capoeira no Conselho Municipal de Política Cultural, com realização de Conferência Setorial de Capoeira.

capoeiras com a palavra *humildade*. Surgiram também demandas técnicas: como também sou fotógrafa, esta foi uma das funções constantemente solicitadas a mim, assim como escrita de projetos e auxílio em tarefas mais burocráticas. Aliás, em razão do pequeno corpo técnico da superintendência do Iphan/PR, internamente também me ocupei, com muito gosto, de afazeres relacionados à minha formação anterior de jornalista, fotógrafa e documentarista, ou seja, em certa medida, a instituição e os capoeiristas demandaram ações práticas, as quais estava habilitada a fazer por ter uma formação híbrida (e equipamentos). Na condição de aprendiz, devo destacar a evolução de meus registros fotográficos. Na medida em que passei a compreender as lógicas e as dinâmicas do jogo, me tornei capaz de antecipar os golpes e de registrá-los de forma mais precisa e também de saber o que não fotografar.

Um das demandas mais constantes a mim solicitadas era para que eu treinasse Capoeira. Como consultora e pesquisadora, escolher um grupo para treinar no período de trabalho gerou controvérsias, pois o pertencimento e a filiação dificultam a circulação. O distanciamento se fez necessário para realizar a etnografia multissituada à qual me propus. Não *realizar* a Capoeira em meu corpo não foi frustrante em virtude do meu *interesse* em ouvir, pelo respeito aos mestres e os conhecimentos históricos sobre Capoeira, o que me tornou para alguns *mais capoeira do que muito capoeira*, ou seja, as *ferramentas* e os *instrumentos* da antropologia me fizeram capoeira (para alguns).

Importante é não tomar tais atitudes elogiosas apenas por seus aspectos positivos, pois elas também tiveram suas controvérsias e me distanciaram dos mais jovens e menos graduados (não de todos), que consideravam uma quebra de hierarquias esta alusão a um pertencimento à Capoeira. Na mesma medida, testar meus conhecimentos tornou-se um procedimento.

Em entrevista a TVABA, a antropóloga Claudia Fonseca²¹ fala sobre o *descontrole da experiência*, o sentimento de *desamparo* de estar em campo, de sentir-se *intrusa, fora de lugar* e, por vezes, de sentir-se *mais como vendedora de Avon do que Indiana Jones*, as chamadas consultoras que circulam pelas casas para vender produtos de beleza. A consultoria na salvaguarda da Capoeira tem todos estes desconfortos, por entrar temporariamente numa rede controversa, maquiada pela aura institucional para oferecer um *produto* que nem todos querem, ou sabem qual a sua finalidade, condição de fato muito distante do conquistador.

Dentre as especificidades do trabalho do consultor estão: atuar junto ao Estado sem a ele pertencer, não poder responder por ele e, ainda, ter que *zelar por sua imagem*. Um *terceiro elemento* é como Santos classifica a atuação do antropólogo perito junto ao Ministério Público Federal e os povos e as comunidades tradicionais:

Assumir a voz da instituição seria arrogar-me de um poder fictício; assumir o papel do porta-voz dos indígenas ou de outros grupos que recorriam ao MPF potencializaria o efeito do discurso científico como “discurso da verdade”; tornar desnecessária a fala – ou a participação – daquele sobre quem se fala (2015, p. 338).

No caso da salvaguarda da Capoeira, ser o *terceiro elemento* significa utilizar-se da *caixa de ferramentas* (Segato, 2013) e dos *instrumentos de bordo* (Oliveira, 2004) da antropologia para a promoção de uma mediação capaz de transformar-se em políticas de ação.

A salvaguarda da Capoeira no Paraná é formada inicialmente pelo Iphan e por capoeiristas eleitos para o Comitê Gestor (em razão de determinações do Comitê no Paraná, outras instituições ligadas aos governos federal, estadual e municipal não têm cadeira, assim como outros possíveis

21 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L46-mYw4wRE>. Acesso em 29/06/2016.

mediadores), o consultor sendo o terceiro elemento (não permanente em virtude dos contratos). E há ainda um quarto elemento: a controvérsia! Responsável por transformar todas essas relações, inclusive o ofício do consultor, a controvérsia atua por causa da diversidade da Capoeira, da difusão e da profusão no Paraná. Entendida como um quarto elemento por ser acionada no sentido latouriano, sempre presente, não há como desconsiderá-la. No processo de salvaguarda está incorporada não só naqueles que estão às margens do processo. Ao invés de tratar a controvérsia como elemento, poderia simplesmente dizer que a salvaguarda da Capoeira se realiza sob a égide do conflito. No entanto, a controvérsia não se apresenta apenas *como* conflito ou *no* conflito.

Na Capoeira, a controvérsia é o elemento fundante: nas narrativas sobre as origens da Capoeira (africana, afro-brasileira, brasileira, indígena, afro-indígena-brasileira); na dicotomia entre Capoeira Angola e Regional; nas linhagens e nos fundamentos. Por isto é um elemento estruturante na diferenciação dos grupos. Diante da onipresença das controvérsias, o ofício do consultor é evidenciá-las como inerentes à diversidade da Capoeira, como forma de contemplar a sua diversidade e multidimensionalidade nas ações.

Para ilustrar a agência da controvérsia, a crítica mais comum ao primeiro Comitê Gestor é o melhor exemplo: os capoeiristas não participantes diziam que o Comitê não tinha membros da Capoeira Angola, no entanto, dos sete membros, que permaneceram atuantes até o final, todos se identificavam como desta vertente. Controvérsia indissolúvel. Aliás, um dos ofícios do consultor é categorizar as *cumbucas onde o Iphan não mete a mão*. Depois de ouvir tal expressão, passei a usá-la para salientar como o Iphan não poderia atuar.

O consultor também faz a mediação com os capoeiristas não inseridos no processo de salvaguarda, ocasionalmente opositores do próprio Comitê. A Gestão 2012-2015 do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná centrou suas demandas em apoios do Iphan a eventos,

inicialmente para eventos dos próprios membros. Quando surgiram demandas externas de grupos e mestres não membros, a controvérsia se personificou. E como as demandas e as críticas chegavam ao Iphan e a mim, muitas vezes tive que ser a voz desses capoeiristas não presentes. Ou a voz da controvérsia.

Considerações finais

Como as políticas de patrimônio para a Capoeira são recentes, o processo de salvaguarda caracteriza-se como um aprendizado para todos os envolvidos. O Iphan e os Capoeiristas são os principais agentes, consultor e controvérsias são o terceiro e quarto elementos.

A patrimonialização é entendida pelos capoeiristas como uma política de retratação e redenção do Estado, em virtude da escravidão e da criminalização no século XIX. Da salvaguarda é esperada a ação, principalmente para os antigos mestres, que cumpriram o papel do Estado ao salvaguardar a Capoeira no século XX.

O consultor é o mediador apto a utilizar a *caixa de ferramentas* e os *instrumentos de bordo* da antropologia nas esferas do Estado e da Capoeira. Com tais aparatos, os capoeiristas esperam que o consultor possa mediar a ação produtora dos sentidos esperados da salvaguarda

Nem só de controvérsias se fez o trabalho como consultora. Ao longo das consultorias construí relações de proximidade e afetos entre os grupos em que circulei. Apreendi que a Capoeira espera do consultor a mesma performance de um bom capoeira: saber ouvir, observar e desta forma apreender, respeitar os mestres, conhecer a trajetória da Capoeira, lutar pela Capoeira, saber fazer da resistência arte e gingar na vida. Na lógica da Capoeira, não ser passivo diante da controvérsia é virtude, e o jogo é considerado bonito quando *o golpe entra, mas não entra*.

Referências

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FIALHO, Vânia. Perícias e laudos antropológicos como componentes de formação profissional. In: OLIVEIRA, João Pacheco; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa. *Laudos Antropológicos em Perspectiva*. Brasília, DF: ABA, 2015.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LATOUR, BRUNO. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA et al. (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2004.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção (Parte II). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2., 1997.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. Uma disciplina de “laudos” na Graduação. In: OLIVEIRA, João Pacheco; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa. *Laudos Antropológicos em Perspectiva*. Brasília, DF: ABA, 2015.

SEGATO, Rita. *La crítica de la colonialidad em ocho ensayos y una antropologia por demanda*. Cidade Autónoma de Buenos Aires: Prometo Libros, 2013.

TAMASO, Isabela. *A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios*. Série Antropologia n° 390. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

VALLE, Carlos Guilherme do. O “trabalho do antropólogo”: cursos, oficina e formação em perícias e laudos antropológicos. In: OLIVEIRA, João Pacheco; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa. *Laudos Antropológicos em Perspectiva*. Brasília, DF: ABA, 2015.

VASSALO, Simone Pondé. A Capoeira como patrimônio imaterial: novos desafios simbólicos e políticos. 32º Encontro Anual da Anpocs, GT 29: Patrimônios Museus e Ciências Sociais, Caxambu, 2008.

VIANA, Anna Catarina M. *Os enleios da tarrafa*: Etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através dos emaranhados institucionais de combate à pobreza. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

VIDOR, Elisabeth; REIS, Leticia Vidor. *Capoeira*: Uma herança cultural afro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2013.

VIEIRA, Luiz Renato. *O jogo de Capoeira* – Cultura Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.